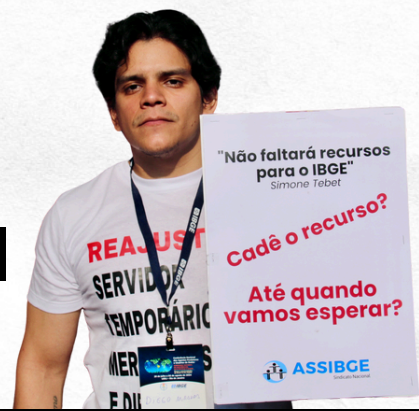


## Vitória dos trabalhadores vitória sindical



**O REAJUSTE É CONQUISTA NOSSA!!!!**

JOGO RÁPIDO – VOL. 390 | SET. 2024

### Governo autoriza reajuste de APMs e APTs

A ASSIBGE recebeu, no dia 13 de setembro, da parte do Ministério de Gestão e Inovação, a notícia de que a SOF, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, autorizou o reajuste de APMs e APTs do IBGE. Para implementação, o reajuste dependerá agora apenas de trâmites internos no IBGE.

Conforme a ASSIBGE apurou, a nota técnica enviada pelo MGI a SOF indica o reajuste equiparando o rendimento dos APMs a R\$2.676,24 e dos APTs a R\$2.007,18, uma elevação de 77% para ambos. Dessa forma o salário dos APMs estará equiparado ao piso do vencimento básico dos servidores efetivos de nível intermediário e os APTs receberão um vencimento semelhante, mas proporcional a sua jornada de 6h diárias. Não foi possível confirmar ainda se a SOF aprovou a totalidade desse valor.



O reajuste teria efeito a partir de outubro (com pagamento em novembro). A equiparação do salário dos APMs ao piso do vencimento básico dos servidores efetivos de nível intermediário é uma reivindicação da ASSIBGE, formulada e aprovada em fóruns sindicais. A proposta foi aprovada no Comitê de Carreiras e Cargos do IBGE e posteriormente aprovada pelo Conselho Diretor do IBGE, há 18 meses, em março de 2023, e desde então aguardava aporte orçamentário para efetivação.

Esse trâmite exigiu um longo processo de pressão e acompanhamento da ASSIBGE. De especial importância foi a insistência em tratar o tema na mesa específica de negociação, momento em que o MGI passou a tomar atitudes para efetivar o reajuste.

A ASSIBGE considera que, se efetivado, o reajuste será uma vitória histórica, da qual fazem parte todos os trabalhadores do IBGE, temporários e efetivos, ativos e aposentados, que participaram de greves, operações padrão, atos e outras formas de mobilização em torno da pauta de remuneração justa para os temporários, em campanhas acumuladas ao longo de uma década.

Essa luta continuará até a efetivação final do reajuste e até que o IBGE conceda também um reajuste para os demais trabalhadores temporários do órgão (SCQs, ACMAPs, SPs e Analistas Censitários).

## DIREITO NÃO CAI DO CÉU. CONSEGUIMOS COM LUTA!

**O reajuste dos APMs e APTs e as próximas etapas para superação da precarização no IBGE**

Desde a retomada dos diálogos com o Governo Federal, a partir de 2023, a ASSIBGE-SN passou a apresentar, insistentemente, a pauta dos trabalhadores temporários em diversas reuniões com os Ministérios e com a Presidência do IBGE. Esse esforço resultou, na última sexta-feira (13 de setembro), no anúncio de reajuste salarial de 77% para APMs e APTs. Trata-se não apenas de um reajuste, mas de uma vitória histórica para a categoria, ao equiparar o salário da parcela mais precarizada da força de trabalho da instituição ao piso do vencimento básico dos servidores efetivos de nível intermediário.

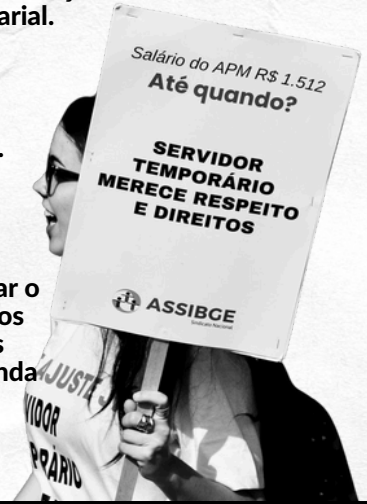
A ASSIBGE-SN avalia esse momento como fundamental para intensificar as bandeiras contra a precarização no IBGE, e por isso, é necessário destacar como se deu a luta pelo reajuste dos trabalhadores temporários e quais as próximas etapas.

## Reuniões com Ministérios

Foram realizadas ao total 4 reuniões com o Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO), incluindo uma reunião com a Ministra Simone Tebet, onde a situação dramática dos trabalhadores temporários foi apresentada detalhadamente. Nessas audiências, foram expostos aspectos orçamentários e não orçamentários das demandas relacionadas aos trabalhadores mais precarizados da instituição, que representam 60% da força de trabalho no órgão. Foi necessário um grande esforço para explicar, aos representantes do MPO, o histórico da precarização no IBGE, a profundidade da crise de pessoal, a defasagem salarial dos trabalhadores temporários e os trâmites burocráticos para tornar o reajuste uma realidade. Existia grande confusão, por parte dos ministérios, sobre a natureza da remuneração dos trabalhadores temporários do IBGE e, conseqüentemente, qual a fonte de recurso para a recomposição salarial.

Nas reuniões com o Ministério de Gestão e Inovação, não houve conformismo com o estabelecido de que a mesa de negociação não seria locus de discussão do salário dos temporários. A ASSIBGE-SN manteve a pauta em todas as audiências por compreender a necessidade de tratar a questão remuneratória dos trabalhadores do IBGE de forma unitária. Além das reuniões formais, o sindicato manteve contato constante com os secretários responsáveis pela gestão de pessoal buscando a solução do problema.

A publicação da Portaria Conjunta MGI/MPO N° 68 foi fundamental para a resolução do reajuste dos trabalhadores temporários do IBGE. O normativo foi responsável por sedimentar o entendimento de que as despesas com salários dos trabalhadores temporários não-censitários do IBGE são despesas de pessoal. Essa classificação orçamentária era até então o passo mais difícil para implementar a estratégia desenhada para viabilizar o reajuste dos temporários ainda em 2024, que buscava utilizar a verba da rubrica de pessoal disponível para este exercício, resultante do adiamento do CPNU, para conceder a adequação para esta parcela dos trabalhadores do IBGE.



## Trâmites internos do IBGE

As etapas internas para o alcance da recomposição salarial dos trabalhadores temporários envolveu os debates no Comitê Gestor do Plano de Cargos e Carreiras (CGPCC), órgão oficial previsto em lei para debate das políticas de RH do IBGE. Em fevereiro de 2023, o CGPCC aprovou, por unanimidade, encaminhar ao Conselho Diretor do IBGE a equiparação do salário dos Agentes de Pesquisa e Mapeamento ao piso do vencimento básico inicial dos servidores efetivos de nível intermediário. Em março do mesmo ano, o Conselho Diretor aprovou a solicitação, o que abriu importante caminho para apresentar a demanda como uma demanda institucional e não apenas dos trabalhadores e do sindicato.

Com a nomeação do novo presidente do IBGE, Marcio Pochmann, em setembro de 2023, a pauta foi novamente apresentada e a gravidade da situação dos trabalhadores temporários passou a ser debatida em todas as reuniões com a direção da casa.

## Mobilização dos trabalhadores

Luta histórica, pautada nos fóruns sindicais, a equiparação salarial dos trabalhadores temporários ao vencimento básico inicial dos servidores efetivos de nível intermediário dependeu de campanhas e manifestações acumuladas ao longo de uma década, reunidas sob a bandeira: trabalhos iguais direitos iguais.

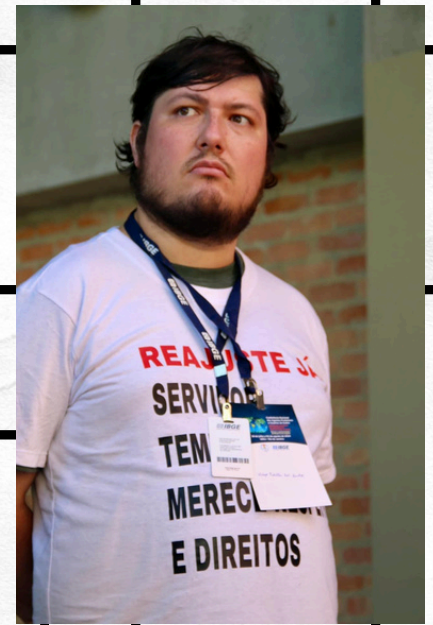
As assembleias realizadas nos locais de trabalho, ao longo de 2024, e toda mobilização ocorrida durante a campanha salarial 2025/2026, que incluiu um dia de paralisação em maio, pautaram a recomposição salarial dos trabalhadores temporários.

O anúncio do encontro nacional de trabalhadores temporários organizado pela ASSIBGE-SN, a ser realizado em outubro de 2024, precedido de 13 encontros estaduais, aumentou o nível de mobilização dos trabalhadores, que contou com um ato no dia 29 de julho na abertura da Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados. O ato reuniu mais de 60 militantes de todo Brasil e contou com a apresentação do tema tanto para trabalhadores do IBGE quanto para o público externo.



# PRÓXIMOS PASSOS E O QUE MAIS PRECISAMOS





## Próximas etapas da luta

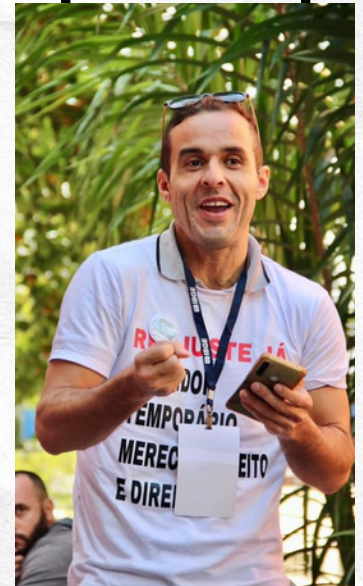
A importante vitória sobre a remuneração dos APMs e APTs não é suficiente para encerrar o ciclo de precarização do IBGE. O fim da precarização no IBGE se desdobra em várias frentes: democratização, autonomia técnica, incremento orçamentário, valorização das carreiras, realização de concursos e melhorias nos salários e direitos dos trabalhadores temporários. A ASSIBGE-SN avalia esse momento como fundamental para intensificar a luta contra a precarização no IBGE. No que diz respeito à pauta dos trabalhadores temporários, existe uma solicitação de reunião com a direção do órgão, ainda sem data, para tratar os seguintes pontos aprovados em congresso:

1. Aumentar o intervalo para avaliações de desempenho dos trabalhadores temporários, para a cada seis (6) meses;
2. Aprovar demissão de trabalhadores temporários apenas após instalação de comissão de processo disciplinar, garantindo assim a ampla defesa do servidor;
3. Criação de mecanismos de transparência de notas para evitar abuso nas avaliações dos temporários, com obrigatoriedade de justificativa para a nota e possibilidade de recurso contra a nota;
4. Pagamento de indenização de campo.

***A reunião tratará também da criação de um grupo de trabalho para avaliar as seguintes demandas:***

1. Liberação do ponto para participação em atividades sindicais;
2. Licenças para acompanhamento médico familiar, paternidade/maternidade;
3. Extensão dos exames periódicos;
4. Suspender a avaliação de desempenho dos temporários durante greves e prorrogação automática do contrato durante o período grevista;
5. Alterar o edital do processo seletivo simplificado, principalmente para o cargo SCQ, que prevê execução de atividades administrativas e exigência de CNH.

O IBGE passa por um momento de grande tensão decorrente da criação de uma fundação de apoio ao IBGE (fundação pública de direito privado) e uma possível mudança no estatuto do órgão. O nível de preocupação dos trabalhadores aumentou com a mudança nas regras do teletrabalho integral, em um curto espaço de tempo, e com o anúncio da transferência das Diretorias alocadas na Av. Chile para o Horto. Decisões tomadas unilateralmente, sem ampla discussão com os trabalhadores, nem ao menos com a representação sindical. Por este motivo, a ASSIBGE-SN convoca todos os trabalhadores a intensificarem a luta contra a precarização no IBGE. A precarização só termina quando os trabalhadores se levantam.



# SÓ A LUTA MUDA A VIDA! FILIE-SE





**VOCÊ ESTÁ CONVIDADO  
A FAZER PARTE DESSA  
JORNADA POR MELHORES  
CONDIÇÕES DE TRABALHO  
E POR UM SERVIÇO PÚBLICO  
DE QUALIDADE. CLIQUE NO  
QR CODE E SAIBA MAIS.**



**encontro  
nacional  
dos trabalhadores  
temporários**

**vem aí!**

**18, 19 e 20  
de outubro**